

Demonstrações Financeiras 2024

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Sudoeste MT/PA - Sicredi Sudoeste MT/PA

Assunto: Carta de Apresentação conforme disposto no Art. 45, parágrafo 3º da Resolução BCB nº 2/2020.

Anexo a este documento seguem as Demonstrações Financeiras contendo o Relatório da Administração, o BP, a DSP, a DRA, DMPL, a DFC e as Notas Explicativas.

As informações presentes neste documento foram divulgadas na data de 13/03/2025, no site oficial do Sicredi (www.sicredi.com.br).

A administração da Cooperativa declara sua responsabilidade pelo conteúdo dos documentos contidos neste arquivo.

João Coelho Pinheiro
Diretor Executivo
CPF: 329.782.941-91

Elisangela Dalmolin do Amaral Moura
Diretora de Operações
CPF: 819.625.841-00

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20

Demonstrações Financeiras 2024

**Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Sudoeste
MT/PA - Sicredi Sudoeste MT/PA**

**Diretoria Executiva de Administração
Superintendência de Controladoria**

Somos o

Sicredi

Aprimeira instituição financeira cooperativa do Brasil



Neste documento, a administração da Cooperativa, seguindo o princípio do cooperativismo de transparência na gestão e em conformidade aos dispositivos legais e estatutários, divulga as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

O Sicredi é uma instituição financeira cooperativa comprometida com o crescimento de seus associados e com o desenvolvimento das regiões onde atua. Possui um modelo de negócio que constrói uma cadeia de valor que beneficia o associado, a cooperativa e a comunidade local, oferecendo soluções inteligentes para um desenvolvimento financeiro sustentável com foco na ampliação do nosso impacto positivo econômico, social, ambiental e climático, reduzindo os efeitos adversos. Com um propósito único que evolui com a participação coletiva, somos uma cooperativa que além de multiplicar resultados positivos, está comprometida em “fazer juntos para fazer a diferença”.



Temos porte e presença nacional

- Estamos presentes em **todos** os estados e Distrito Federal
- Temos agências em mais de **2 mil** municípios
- Em mais de **200** municípios somos a única instituição financeira com presença física
- Somos mais de **8,5 milhões** de associados
- Temos mais de **2,8 mil** agências e pontos de atendimento

Sicredi Sudoeste

A Sicredi Sudoeste é uma das mais de 100 cooperativas que compõem o Sistema e completou em 2024 seus 35 anos de fundação, sendo a maior cooperativa Sicredi em número de associados. São mais 310 mil em 77 municípios e 90 agências nos estados de Mato Grosso e Pará.

Uma atuação que traz o associado ao centro e contribui para a construção de uma sociedade mais próspera. Atrás de cada número estão milhares de pessoas realizando sonhos, planejando o futuro e vendo suas vidas sendo impactadas pelo cooperativismo.

Oferecemos mais de 300 produtos e serviços financeiros:

- Cartões
- Seguros
- Consórcios
- Conta Corrente
- Investimentos
- Máquina de Cartões



Durante exercício de 2024 destacamos os seguintes fatos administrativos:

- Implantação do Programa Cooperativas Escolares;
- Mais de 50 mil novos associados no ano;
- Ampliação da rede de atendimento presencial com 9 novas agências;
- Fortalecimento da Central de Relacionamento com atendimento remoto ativo e receptivo;
- Realização de feirões de sustentabilidade e feiras de negócios;
- Forte atuação na segurança e prevenção à fraude e golpes;
- Parcerias com prefeituras municipais e empresas privadas para oferta de crédito consignado;
- Participação em eventos da comunidade que movimentaram a economia local e geraram negócios;
- Implementação do Programa Zero Papel;
- Reconhecimento Inovação com Propósito (RECIP) nas categorias Inovação Participativa, Inovação ESG e Inovação em Finanças Verdes.
- Resultado de 150 milhões, administrando 9,5 bilhões em ativos e 6,5 bilhões em carteira total de crédito.

Desenvolvimento Local:

Programa Crescer – 36 mil associados e futuros associados conheceram mais sobre o modelo de negócio cooperativo.

Programa Pertencer – Estimulamos a participação de 72 mil Associados na Assembleia e promovemos o relacionamento com os Coordenadores de Núcleo por meio de Bate Papos Cooperativos, informativos semanais e viagem à Rota do Cooperativismo.

Programa A União faz a Vida – Presente em 14 municípios e participação de 1.300 educadores e mais de 26 mil alunos em 76 escolas municipais, estaduais e especiais.

Cooperação na Ponta do Lápis – Aplicamos o conteúdo de educação financeira para mais de 47 mil pessoas com objetivo de promover uma vida financeira mais saudável.

Fundo Social - Beneficiamos 152 projetos com mais de 1,9 milhão de reais, impactando mais de 300 mil pessoas.

Dia C – As ações realizadas no Dia C incluíram a arrecadação de alimentos, recreação, revitalização de espaços e pedal da cooperação, que juntos impactaram mais de 23 mil pessoas.

Comitê Mulher – Promoção da equidade de gênero e capacitação de 50 mulheres associadas, membras do programa.

Cooperativas Escolares – Fundação da primeira Cooperativa Escolar em Tangará da Serra - MT



Valorizamos as pessoas e a diversidade

A Cooperativa possui quadro de 1.194 colaboradores, dos quais 57% é formado por mulheres e 50% na faixa etária de 19 a 30 anos. São desenvolvidos programas de inclusão e diversidade com:

Programa Geração Diamante -12 colaboradores com mais de 55 anos

Programa Start -109 estagiários

Programa Oportuniza -58 pessoas com deficiência admitidas na Cooperativa.

Reconhecimentos

Há mais de 10 anos, figuramos em alguns dos mais reconhecidos rankings e premiações nacionais, tais como: Melhores e Maiores, da Revista Exame, Valor 1000, do Valor Econômico, Melhores Empresas para Trabalhar, da GPTW, rankings do Banco Central e BNDES. Em 2024 fomos reconhecidos como a melhor empresa para trabalhar no Brasil, na categoria empresas gigantes, no prêmio Melhores Empresas para Trabalhar 2024.



Shape the future
with confidence

Setor Hoteleiro Sul - Quadra 06
Conjunto A - Bloco A
1º andar - sala 105
70316-000 - Brasília - DF - Brasil
Tel: +55 61 2104-0100
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores, Conselheiros e Cooperados da
Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Sudoeste MT/PA - Sicredi Sudoeste MT/PA

Tangará da Serra - MT

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Sudoeste MT/PA - Sicredi Sudoeste MT/PA (“Cooperativa”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho



Shape the future
with confidence

realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.



Shape the future
with confidence

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 13 de março de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F

A handwritten signature in blue ink that reads 'Renata Zanotta Calçada'.

Renata Zanotta Calçada
Contadora CRC-RS062793/O

BALANÇOS PATRIMONIAIS

(Em milhares de Reais)

 Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Sudoeste MT/PA - Sicredi Sudoeste MT/PA
 CNPJ/MF nº 32.995.755/0001-60

ATIVO		31/12/2024	31/12/2023
ATIVO		8.381.079	7.518.248
DISPONIBILIDADES	(Nota 04)	36.267	29.422
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		8.545.473	7.633.722
Aplicações interfinanceiras de liquidez	(Nota 05)	318.787	113.290
Títulos e valores mobiliários	(Nota 06)	2.812.473	2.534.157
Centralização financeira	(Nota 04)	563.773	510.699
Relações interfinanceiras ativas		1.023	1.187
Operações de crédito	(Nota 07)	4.280.313	4.008.285
Outros ativos financeiros	(Nota 08)	569.104	466.104
PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO	(Nota 07)	(445.578)	(342.921)
OUTROS ATIVOS	(Nota 09)	88.207	58.003
IMOBILIZADO DE USO	(Nota 10)	146.928	133.962
INTANGÍVEL	(Nota 10)	9.782	6.060
TOTAL DO ATIVO		8.381.079	7.518.248
PASSIVO		31/12/2024	31/12/2023
PASSIVO		7.284.257	6.530.806
DEPÓSITOS	(Nota 11)	4.701.574	4.034.681
Depósitos à vista		1.370.499	1.159.575
Depósitos interfinanceiros		176.569	407.426
Depósitos a prazo		3.154.506	2.467.680
DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		1.958.835	1.930.728
Recursos de aceites e emissão de títulos	(Nota 12)	13.610	45.356
Relações interfinanceiras	(Nota 13)	1.880.523	1.835.619
Obrigações por empréstimos		4.230	6.356
Obrigações por repasses		-	15
Outros passivos financeiros	(Nota 14)	60.472	43.382
PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS	(Nota 15)	1.348	838
OUTROS PASSIVOS	(Nota 16)	622.500	564.559
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(Nota 17)	1.096.822	987.442
CAPITAL SOCIAL		408.665	342.452
RESERVAS DE SOBRAS		641.386	552.789
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		46.771	92.201
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		8.381.079	7.518.248

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Sudoeste MT/PA - Sicredi Sudoeste MT/PA

CNPJ/MF nº 32.995.755/0001-60

Descrição das contas		01/07/2024 a 31/12/2024 (Não auditado)	01/01/2024 a 31/12/2024	01/01/2023 a 31/12/2023
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		691.417	1.369.204	1.170.408
Operações de crédito	(Nota 07)	533.832	1.055.888	829.841
Resultado de títulos e valores mobiliários	(Nota 06)	126.282	252.562	295.372
Ingressos de depósitos intercooperativos	(Nota 05)	31.303	60.754	45.195
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(507.879)	(1.018.187)	(772.761)
Operações de captação no mercado	(Nota 21)	(167.113)	(329.328)	(289.508)
Operações de empréstimos e repasses	(Nota 13)	(145.095)	(297.246)	(193.693)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(Nota 07)	(195.671)	(391.613)	(289.560)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		183.538	351.017	397.647
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS		(82.814)	(181.451)	(167.544)
Ingressos e receitas de prestação de serviços	(Nota 22)	99.621	187.206	153.598
Rendas de tarifas bancárias	(Nota 23)	24.450	47.012	38.693
Dispêndios e despesas de pessoal	(Nota 24)	(79.153)	(151.130)	(131.489)
Outros dispêndios e despesas administrativas	(Nota 25)	(98.636)	(181.937)	(152.656)
Dispêndios e despesas tributárias		(634)	(1.583)	(1.608)
Outros ingressos e receitas operacionais	(Nota 26)	54.041	81.992	41.502
Outros dispêndios e despesas operacionais	(Nota 27)	(82.503)	(163.011)	(115.584)
RESULTADO OPERACIONAL		100.724	169.566	230.103
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		100.724	169.566	230.103
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(Nota 19)	1.288	-	-
Provisão para Imposto de Renda		795	-	-
Provisão para Contribuição Social		493	-	-
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS		(7.323)	(19.501)	(23.194)
SOBRAS OU PERDAS ANTES DAS DESTINAÇÕES		94.689	150.065	206.909

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES

(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Sudoeste MT/PA - Sicredi Sudoeste MT/PA
CNPJ/MF nº 32.995.755/0001-60

	01/07/2024 a 31/12/2024 (Não auditado)	01/01/2024 a 31/12/2024	01/01/2023 a 31/12/2023
Sobras ou perdas antes das destinações	94.689	150.065	206.909
Outros resultados abrangentes		-	-
Resultado abrangente atribuível	94.689	150.065	206.909

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras



DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Sudoeste MT/PA - Sicredi Sudoeste MT/PA
CNPJ/MF nº 32.995.755/0001-60

	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Expansão	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do exercício em 01/01/2023	277.906	438.545	-	91.746	808.197
Destinação de sobras do exercício anterior					
Distribuição de sobras para associados	20.943	-	-	(55.900)	(34.957)
Destinações para reservas	-	14.049	20.000	(34.049)	-
Destinação para Fundo Social	-	-	-	(1.500)	(1.500)
Outras destinações	-	-	-	(297)	(297)
Capital de associados					
Aumento de capital	37.848	-	-	-	37.848
Baixas de capital	(18.896)	-	-	-	(18.896)
Reversão capital a pagar - Reserva	-	413	-	-	413
Resultado do exercício	-	-	-	206.909	206.909
Reversões de reservas	-	-	(20.000)	20.000	-
Destinações					
FATES - Estatutário	-	-	-	(9.219)	(9.219)
Juros sobre o capital próprio	24.651	-	-	(25.707)	(1.056)
Reserva legal - Estatutária	-	82.981	-	(82.981)	-
Reserva legal - Recuperação de prejuízo	-	16.801	-	(16.801)	-
Saldos no fim do exercício em 31/12/2023	342.452	552.789	-	92.201	987.442
Mutações do Exercício	64.546	114.244	-	455	179.245
Saldos no início do exercício em 01/01/2024	342.452	552.789	-	92.201	987.442
Destinação de sobras do exercício anterior					
Distribuição de sobras para associados	17.407	-	-	(52.602)	(35.195)
Destinações para reservas	-	17.603	20.000	(37.603)	-
Destinação para Fundo Social	-	-	-	(1.996)	(1.996)
Capital de associados					
Aumento de capital	46.601	-	-	-	46.601
Baixas de capital	(25.471)	-	-	-	(25.471)
Reversão capital a pagar - Reserva	-	1.916	-	-	1.916
Reversões de reservas	-	-	(20.000)	-	(20.000)
Resultado do exercício	-	-	-	150.065	150.065
Destinações					
FATES - Estatutário	-	-	-	(4.677)	(4.677)
Juros sobre o capital próprio	27.676	-	-	(29.539)	(1.863)
Reserva legal - Estatutária	-	42.094	-	(42.094)	-
Reserva legal - Recuperação de prejuízo	-	26.984	-	(26.984)	-
Saldos no fim do exercício em 31/12/2024	408.665	641.386	-	46.771	1.096.822
Mutações do Exercício	66.213	88.597	-	(45.430)	109.380
Saldos no início do semestre em 01/07/2024 (Não auditado)	373.782	572.208	20.000	55.375	1.021.365
Capital de associados					
Aumento de capital	23.414	-	-	-	23.414
Baixas de capital	(16.660)	-	-	-	(16.660)
Reversão capital a pagar - Reserva	-	100	-	-	100
Reversões de reservas	-	-	(20.000)	-	(20.000)
Resultado do semestre	-	-	-	94.689	94.689
Destinações					
FATES - Estatutário	-	-	-	(4.677)	(4.677)
Juros sobre o capital próprio	28.129	-	-	(29.538)	(1.409)
Reserva legal - Estatutária	-	42.094	-	(42.094)	-
Reserva legal - Recuperação de prejuízo	-	26.984	-	(26.984)	-
Saldos no fim do semestre em 31/12/2024	408.665	641.386	-	46.771	1.096.822
Mutações do semestre	34.883	69.178	(20.000)	(8.604)	75.457

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Sudoeste MT/PA - Sicredi Sudoeste MT/PA

CNPJ/MF nº 32.995.755/0001-60

	01/07/2024 a 31/12/2024 (Não auditado)	01/01/2024 a 31/12/2024	01/01/2023 a 31/12/2023
SOBRAS OU PERDAS DO SEMESTRE/EXERCÍCIO APÓS AJUSTES AO RESULTADO	299.143	562.903	505.855
Sobras ou perdas do semestre/exercício	94.689	150.065	206.909
AJUSTES ÀS SOBRAS OU PERDAS DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	204.454	412.838	298.946
(Reversão) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	195.671	391.613	289.560
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros ativos	(372)	(499)	(2.971)
Depreciação e amortização	13.541	25.729	21.381
Baixas do ativo permanente	53	162	50
(Reversão) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	238	510	145
Destinações ao FATES	(4.677)	(4.677)	(9.219)
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(9.122)	(14.313)	360.521
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	(55.387)	(205.497)	(32.997)
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários	64.839	131.768	(246.952)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	13.550	164	(370)
(Aumento) Redução em operações de crédito	(176.090)	(560.984)	(765.785)
(Aumento) Redução em recursos de aceites e emissão de títulos	(88.318)	(31.746)	45.356
Aumento (Redução) em relações interfinanceiras passivas	(10.900)	44.904	251.115
(Aumento) Redução em outros ativos financeiros	(57.853)	(103.000)	(123.444)
(Aumento) Redução em outros ativos	(21.197)	(29.705)	(25.462)
Aumento (Redução) em depósitos	270.933	666.893	1.125.571
Aumento (Redução) em passivos financeiros	61	17.090	1.571
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(1.054)	(2.141)	(2.811)
Absorção de dispêndios pelo FATES	(2.518)	(5.353)	(7.296)
(Redução) Aumento em outros passivos	54.812	63.294	142.025
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	290.021	548.590	866.376
Aquisição de imobilizado	(8.712)	(35.472)	(46.844)
Aplicações no intangível	(5.135)	(7.107)	(1.634)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	(13.847)	(42.579)	(48.478)
Integralização de capital	23.414	46.601	37.848
Baixa de capital	(16.660)	(25.471)	(18.896)
Reversão capital a pagar	100	1.916	413
Reversões de reservas	(20.000)	(20.000)	-
Juros ao capital próprio	(1.409)	(1.863)	(1.056)
Distribuição de sobras	-	(37.191)	(36.754)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	(14.555)	(36.008)	(18.445)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	261.619	470.003	799.453
Caixa e equivalente de caixa no início do semestre/exercício	2.446.677	2.238.293	1.438.840
Caixa e equivalente de caixa no fim do semestre/exercício (Nota 04)	2.708.296	2.708.296	2.238.293

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Sudoeste MT/PA - Sicredi Sudoeste MT/PA ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Central Sicredi Centro Norte ("Central") e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). A Cooperativa é uma instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("Bacen") com início das atividades em 31/03/1989 e sede situada na Rua Néftes de Carvalho, 489 - S, na cidade de Tangará da Serra - MT. A Cooperativa tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2024, está organizado por 103 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 2.870 pontos ativos, dos quais a Cooperativa opera em 91 pontos de atendimentos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A. ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à Resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 4.933, de 29 de julho de 2021.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos em situações de intervenção ou liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 (duzentos e cinquenta mil reais) por associado (CPF/CNPJ). Além disso, o FGCoop também pode realizar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores ("SFG"), empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as regulamentações emanadas pelo CMN e pelo Banco Central do Brasil - BACEN, incluindo a Resolução CMN nº 4.818/20 e Resolução BCB nº 2/20 que regulamentaram procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. Foram respeitadas também, as normas regulamentares constantes no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, os Pronunciamentos Contábeis homologados pelo BACEN (CPCs 00 (R2), 01 (R1), 02 (R2), 03 (R2), 04 (R1), 05 (R1), 10 (R1), 23, 24, 25, 27, 33 (R1), 46 e 48 e a legislação aplicada às cooperativas de crédito, especialmente às disposições das Leis nº 4.595/64 e nº 5.764/71, com alterações pelas Leis Complementares nº 130/09 e 196/22.

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria em 13 de março de 2025.

NOTA 03 – POLÍTICAS CONTÁBEIS

Foram adotadas as seguintes políticas contábeis para a elaboração das demonstrações financeiras:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos.

As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério pro-rata die e calculadas com base no modelo exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações com o exterior, que são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a Cooperativa apresentou um resultado líquido de R\$ 10.858 (dezembro de 2023 - R\$ 10.724) referente a Atos Não Cooperativos. Este resultado não está considerando os juros sobre capital próprio, o qual também é ato não cooperativo, não sendo apresentado na DSP.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados pelas disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações interfinanceiras de liquidez, cujos valores são aplicados pelas Cooperativas nas Centrais via Centralização Financeira e pelas cotas de fundos de investimento de renda fixa e multimercado, com vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição e que estão sujeitas a risco insignificante de mudança de valor.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa, renda variável e fundos de investimentos, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, ajustados aos respectivos valores justos, conforme aplicável.

e) Relações interfinanceiras ativas - Centralização financeira

A centralização financeira compreende as sobras de caixa da cooperativa, não investidas em suas atividades, as quais são centralizadas através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central. Estes montantes são aplicados no mercado financeiro e/ou emprestados para as cooperativas filiadas para o financiamento das suas atividades e possuem liquidez imediata e remuneração mensal.

f) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções CMN nº 2.682/99 e nº 2.697/00.

A atualização das operações de crédito vencidas em até 59 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 60º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

g) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções CMN nº 2.682/99 e nº 2.697/00, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

h) Ativos não financeiros mantidos para venda

Os ativos não financeiros mantidos para venda, determinados pela Resolução CMN nº 4.747/19, são segregados em próprios e recebidos de terceiros. Esses bens não depreciam e são mensurados pelo valor justo de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 46, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.924/21.

- Próprios: representam os bens de propriedade da cooperativa, os quais não são utilizados no desempenho da atividade social, estando disponíveis para venda imediata e cuja alienação seja altamente provável no período máximo de um ano.
- Recebidos de terceiros: representam os bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não destinados ao uso próprio.

i) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as variações monetárias pro-rata die incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

j) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

k) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação do imobilizado de uso, a qual é calculada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de uso e intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos ativos.

A vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pelo CPC 27 - Ativo Imobilizado, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.535/16.

l) Intangível

Os ativos intangíveis são bens incorpóreos, não monetários, identificáveis sem substância física, destinados à manutenção do sistema ou exercidos com essa finalidade e na geração de benefícios econômicos futuros, adquiridos ou desenvolvidos pela instituição. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de software, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a ser usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, de acordo com as disposições da Resolução CMN nº 4.534/16 e CPC 04 - Ativo Intangível, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de uso e intangível". As amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a ser usufruídos os benefícios respectivos, na razão de 10% a 20% ao ano, pelo método linear.

m) Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

n) Depósitos, obrigações por empréstimos e repasses

Estão demonstrados pelos valores das exigibilidades, considerados os encargos, variações cambiais e monetárias até a data das demonstrações financeiras, reconhecidos em base pro rata-die, segregados da seguinte forma:

Os depósitos à vista são compostos de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, portanto sem prazo determinado para movimentá-los, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

Os depósitos de poupança são compostos de valores cuja disponibilidade pode ser de livre movimentação, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade, e também para fins específicos. Os recursos recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios de acordo com sua finalidade.

Os depósitos a prazo são compostos por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós-fixada e estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

Os depósitos interfinanceiros são compostos por recursos recebidos em depósito de outras instituições do mercado, na forma da regulamentação vigente e específica para as operações de depósitos interfinanceiros, observado que a instituição deve manter controles internos para efeito de limite de captação.

Os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicáveis, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata die".

As obrigações por empréstimos e repasses correspondem aos recursos repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi, Cooperativa Central e demais instituições com a finalidade de operações de financiamento.

o) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro rata-die incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

p) Impostos e contribuições

O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) incidem sobre o resultado positivo em atos não cooperativos. A provisão corresponde às alíquotas vigentes para o IRPJ (15%, acrescida de adicional de 10%) e a CSLL é de 15%. As alíquotas de IRPJ e CSLL são aplicadas sobre o lucro auferido, após os ajustes de base de cálculo previstos na legislação e a compensação de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL de anos anteriores, sendo essa dedução limitada à 30% do lucro tributável.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas estão sujeitas às contribuições para o Programa de Integração Social (PIS – 0,65%) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS – 4%) sobre as receitas auferidas nas operações com não associados, após a dedução de itens específicos previstos pela legislação, como as sobras apuradas nas Demonstrações de Sobras ou Perdas (DSP).

Na esfera municipal, a cooperativa está sujeita à incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), apurado a partir da receita com atos não cooperativos, ou seja, em decorrência da prestação de serviços a não associados; as alíquotas variam entre 2% e 5% e são determinadas pela legislação vigente em cada município.

Os ingressos decorrentes de operações realizadas com cooperados não possuem incidência de tributos.

q) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e, também, das obrigações legais, são aplicadas de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;

- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;

- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

r) Principais julgamentos e estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para contingências, entre outros.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

I - Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito: Além de observar os requisitos para constituição de provisão em função do atraso no pagamento de parcela de principal ou encargos das operações, a provisão é calculada com base no julgamento da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções CMN nº 2.682/99 e nº 2.697/00. O detalhamento da provisão para perdas está apresentado na nota Operações de Crédito;

II - Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas: Com base em prognósticos de perda avaliados pela Administração, constituindo provisão para as demandas de naturezas cíveis, tributárias e trabalhistas, através de avaliações jurídicas. A avaliação dos prognósticos de perda leva em conta a probabilidade de desembolsos da entidade para cada elemento processual e pode incorrer em alto grau de julgamento, quanto maior for a incerteza existente. O detalhamento das provisões e passivos contingentes está apresentado na nota Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas;

III - Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e outros ativos: o teste de perda por redução ao valor recuperável desses ativos é realizado, no mínimo anualmente, de forma a apurar se há algum indicativo de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Quando o valor recuperável destes ativos não puder ser obtido por meio de fontes externas, a avaliação do valor recuperável desses ativos pode incorrer em consideráveis julgamentos, principalmente na mensuração dos potenciais benefícios econômicos futuros associados;

s) Valor justo das operações

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração. Nos casos em que não estão disponíveis preços cotados em mercado, os valores justos são baseados em estimativas, com a utilização de fluxos de caixa descontados ou outras técnicas de avaliação.

t) Moeda funcional

As demonstrações financeiras são expressas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Cooperativa, exceto quando indicado de outra forma, em milhares de reais (R\$ mil).

u) Resultados recorrentes e não recorrentes

Resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa que ocorrem com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles que procedem de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro. Nos exercícios findos em 31 dezembro de 2024 e 2023 a Cooperativa não apresentou resultados não recorrentes.

Na elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa, foram classificados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Disponibilidades	36.267	29.422
Cotas de fundos de renda fixa e multimercado - centralização financeira	2.108.256	1.698.172
Centralização financeira	563.773	510.699
Total	2.708.296	2.238.293

As disponibilidades e as aplicações financeiras de liquidez são classificadas como caixa e equivalentes de caixa para fins de apresentação da Demonstração dos Fluxos de Caixa, quando atendido às determinações do CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

A centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2024 equivale a 104% do CDI (dezembro de 2023 - 100%).

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Descrição	31/12/2024				31/12/2023
	A vencer				Total
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	
Depósitos Interfinanceiros com o Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	-	69.972	69.972	49.622
Depósitos interfinanceiros entre Cooperativas do Sicredi	65.361	103.762	79.692	248.815	63.668
Total	65.361	103.762	149.664	318.787	113.290
Total circulante				169.123	-
Total não circulante				149.664	113.290

As aplicações de Depósitos Interfinanceiros entre Cooperativas do Sicredi são realizadas com a finalidade de fornecer liquidez. Por ser um leilão, a taxa varia na aplicação, mas tem mínimo de 105% do CDI.

As aplicações de DI entre a Cooperativa e o Banco Sicredi são efetuadas para cobrir a necessidade de funding do Banco em função das operações realizadas pelas cooperativas com seus associados (crédito rural equalizado, antecipação de recebíveis, consignado, INSS, prorrogações, entre outros). Além desta finalidade, algumas operações de DI buscam proteger a carteira de crédito da cooperativa e outras buscam prover liquidez ao Banco para destinações diversas.

NOTA 06 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Descrição	31/12/2024				31/12/2023
	A vencer				Total
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	
Títulos de renda fixa - CPR	119.000	159.719	237.067	515.786	676.207
Cotas de fundos de renda fixa - centralização financeira	2.108.256	-	-	2.108.256	377.826
Cotas de fundos multimercado - centralização financeira	-	-	-	-	1.320.346
Participações de Cooperativas	-	-	188.431	188.431	159.778
Total	2.227.256	159.719	425.498	2.812.473	2.534.157
Total circulante				2.386.975	1.973.132
Total não circulante				425.498	561.025

O valor de mercado das cédulas do produtor rural (CPR) é mensurado a partir da curva de juros, indexado ao Depósito Interfinanceiro (DI) e taxas pré-fixadas em contrato, os títulos são registrados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

As cotas de fundos, registradas como carteira própria são valorizadas diariamente, através do valor da cota, divulgada pelo administrador do fundo no site da CVM.

O valor de mercado dos títulos públicos federais, integrantes da carteira dos fundos de investimentos multimercado, foi apurado com base na cotação obtida na ANBIMA.

a) Participações de cooperativas

Registrados ao custo de aquisição	31/12/2024	31/12/2023
Sicredi Participações S.A.	30.293	30.293
Sicredi Fundos Garantidores - SFG	4	4
Cooperativa Central Sicredi Centro Norte	158.134	129.481
Total	188.431	159.778

Descrição	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central Sicredi Centro Norte	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Número de ações/quotas possuídas ON	10.042.796 ON	10.042.796 ON	4	4	158.134.106	129.480.596
Número de ações/quotas possuídas PN	20.250.133 PN	20.250.133 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	0,67%	0,70%	2,68%	2,68%	13,91%	13,33%
Capital social	4.541.716	4.341.716	161	161	1.136.493	971.071
Patrimônio líquido	4.621.756	4.427.933	271.199	416.033	1.146.353	987.882
Resultado líquido do exercício	67.065	120.326	(144.834)	46.767	2.128	1.590
Valor das participações das cooperativas	30.293	30.293	4	4	158.134	129.481

b) Resultado com títulos e valores mobiliários

Descrição	2º semestre de 2024 (Não auditado)	31/12/2024	31/12/2023
Cotas de fundos	95.211	181.951	179.406
Depósitos interfinanceiros	15.596	26.000	11.863
Títulos de renda fixa (CPR)	15.475	44.611	104.103
Total	126.282	252.562	295.372

NOTA 07 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Composição das operações de créditos por tipo de operação e prazos

Operações de crédito e Outros créditos	31/12/2024				Total da carteira	31/12/2023	
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer					Total da carteira
		Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses			
Empréstimos e títulos descontados	243.765	475.918	879.286	1.419.386	3.018.355	2.640.292	
Financiamentos	12.375	97.878	239.303	341.254	690.810	792.272	
Financiamentos rurais e agroindustriais	11.135	51.734	299.998	207.392	570.259	575.721	
Financiamentos habitacionais	-	26	74	789	889	-	
Total das operações de crédito	267.275	625.556	1.418.661	1.968.821	4.280.313	4.008.285	
Avais e fianças honrados (Nota 08)	17.367	12	9	30	17.418	2.847	
Devedores por compra de valores e bens (Nota 08)	-	577	1.229	2.219	4.025	2.173	
Valores a receber relativos a transações de pagamento (Nota 08)	-	366.848	137.775	2.795	507.418	423.393	
Total de outros créditos	17.367	367.437	139.013	5.044	528.861	428.413	
Carteira total	284.642	992.993	1.557.674	1.973.865	4.809.174	4.436.698	
Total circulante					2.835.309	2.585.937	
Total não circulante					1.973.865	1.850.761	

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de risco	% Provisão	Operações de crédito e Outros créditos		Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
AA	-	161.627	236.205	-	-
A	0,50	1.943.626	2.038.556	9.718	10.193
B	1,00	1.311.123	1.028.766	13.112	10.287
C	3,00	629.636	515.920	18.889	15.478
D	10,00	258.904	193.689	25.890	19.369
E	30,00	95.843	121.285	28.753	36.385
F	50,00	74.596	62.511	37.298	31.256
G	70,00	73.003	66.045	51.102	46.232
H	100,00	260.816	173.721	260.816	173.721
Total		4.809.174	4.436.698	445.578	342.921

A Cooperativa também possui coobrigações em garantias prestadas no montante de R\$ 1.173.879 (dezembro de 2023 - R\$ 916.316) onde estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes (Nota 28). As provisões decorrentes desses contratos compreendem o montante de R\$ 27.624 (dezembro de 2023 - R\$ 10.415) conforme (Nota 14).

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

	31/12/2024	31/12/2023
--	------------	------------

Setor	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da Carteira	Total da Carteira
		Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses		
Pessoas físicas	190.895	515.534	714.176	1.066.835	2.487.440	2.159.631
Rural	11.135	51.734	299.998	207.392	570.259	575.721
Industrial	1.064	25.797	25.884	73.527	126.272	73.045
Comércio	40.058	199.376	244.900	283.571	767.905	760.551
Habitacional	-	26	74	789	889	-
Pessoas jurídicas	41.490	200.526	272.642	341.751	856.409	867.750
Carteira total	284.642	992.993	1.557.674	1.973.865	4.809.174	4.436.698
Total circulante					2.835.309	2.585.937
Total não circulante					1.973.865	1.850.761

d) Concentração das operações de crédito

	31/12/2024	%	31/12/2023	%
10 maiores devedores	372.666	7,75	296.529	6,68
50 devedores seguintes	691.248	14,37	428.623	9,66
100 devedores seguintes	434.718	9,04	371.299	8,37
Demais	3.310.542	68,84	3.340.247	75,29
TOTAL	4.809.174	100,00	4.436.698	100,00

e) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	2º semestre de 2024 (Não auditado)	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	417.120	342.921	216.931
Constituição de provisão	281.879	561.682	421.594
Reversão de provisão	(86.208)	(170.069)	(132.034)
Movimento da provisão para perdas no resultado	195.671	391.613	289.560
Movimentação de baixados para prejuízo	(167.213)	(288.956)	(163.570)
Saldo final	445.578	445.578	342.921

f) Resultado com operações de crédito

	2º semestre de 2024 (Não auditado)	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos e títulos descontados	405.244	805.494	606.105
Financiamentos	70.482	143.734	138.817
Financiamentos rurais e agroindustriais	26.632	55.328	56.192
Financiamentos habitacionais	37	48	-
Outros	1.468	2.432	675
Subtotal	503.863	1.007.036	801.789
Recuperações de créditos baixados como prejuízo	29.969	48.852	28.052
TOTAL	533.832	1.055.888	829.841

Durante o exercício findo em 31 dezembro de 2024, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 236.610 (em dezembro de 2023 - R\$ 168.323)

NOTA 08 – OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros ativos financeiros, estão assim compostos:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Valores a receber relativos a transações de pagamento (a) (Nota 07)	504.623	421.672
Ressarcimento de despesas (Nota 20)	8.655	8.703
Dividendos a receber (Nota 20)	106	237
Devedores por compra de valores e bens (Nota 07)	1.806	1.115
Avais e fianças honrados (Nota 07)	17.388	2.847
Transações com cartão de crédito (b)	29.769	26.889
Outros	824	958
Total Circulante	563.171	462.421
Devedores por depósitos em garantia (Nota 15)	889	904
Avais e fianças honrados (Nota 07)	30	-
Devedores por compra de valores e bens (Nota 07)	2.219	1.058

Valores a receber relativos a transações de pagamento (a) (Nota 07)	2.795	1.721
Total não circulante	5.933	3.683
Total	569.104	466.104

(a) Valores a receber referentes a transações de pagamento, de associados (carteira de emissão) ou do Banco Cooperativo Sicredi (repasses das receitas sobre a carteira de aquisição).

(b) Valores a receber de associados relativo às transações com cartão de crédito das bandeiras Visa e Mastercard.

NOTA 09 – OUTROS ATIVOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros ativos, estão assim compostos:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Outros valores e bens	44.054	17.159
Adiantamentos e antecipações salariais	165	615
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	2.678	3.931
Adiantamentos para Confederação Sicredi (a) (Nota 20)	2.174	4.737
Cotas de consórcio	2.414	3.167
Atualização monetária sobre DIs (Central) (Nota 20)	1.738	1.455
Impostos e contribuições a compensar (b)	2.255	1.554
Pendências a regularizar	4.583	8.097
Valores a receber Portabilidades	17	70
Valores a receber SFG (Nota 20)	108	217
Outros	3.201	375
Total Circulante	63.387	41.377
Outros valores e bens	24.820	16.626
Total não circulante	24.820	16.626
Total	88.207	58.003

(a) Os adiantamentos para Confederação Sicredi referem-se à antecipação de valores, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

(b) Os valores de impostos e contribuições a compensar referem-se a pagamentos indevidos ou a maior de tributos e também a retenções sofridas de impostos com direito à compensação. Estes valores serão compensados através de PER/DCOMP Web ou através de Pedidos de Restituição à Receita Federal e Prefeituras.

a) Outros Valores e Bens

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Ativos não financeiros mantidos para venda - recebidos	45.415	18.556
Imóveis	43.804	17.102
Veículos e afins	1.361	1.454
Máquinas e equipamentos	250	-
Provisões para redução ao valor recuperável de ativos	(3.299)	(3.798)
Despesas antecipadas	1.938	2.401
Total Circulante	44.054	17.159
Ativos não financeiros mantidos para venda - recebidos	24.820	16.626
Imóveis	24.820	16.626
Total Não Circulante	24.820	16.626
Total	68.874	33.785

NOTA 10 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

Descrição	Taxas anuais de depreciação %	31/12/2024			31/12/2023
		Custo	Depreciação / Amortização	Líquido	Líquido
Imobilizado de uso	-	231.757	(84.829)	146.928	133.962
Móveis e equipamentos em estoque	-	1	-	1	1
Imobilizações em curso	-	2.985	-	2.985	26.863
Terrenos	-	1.952	-	1.952	1.952
Edificações	4%	16.200	(2.972)	13.228	6.255
Instalações	10%	12.522	(4.784)	7.738	7.245
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	98.364	(36.954)	61.410	42.133

Móveis e equipamentos	10%	46.949	(12.167)	34.782	23.613
Equipamentos de comunicação e segurança	10%	7.472	(2.756)	4.716	4.817
Equipamentos de processamento de dados	20%	42.686	(23.375)	19.311	20.097
Veículos	20%	2.626	(1.821)	805	986
Intangível		32.384	(22.602)	9.782	6.060
Investimentos Confederação	20%	31.864	(22.478)	9.386	6.003
Outros ativos intangíveis	20%	520	(124)	396	57

Os investimentos Confederação são valores transferidos dos "Adiantamentos para Confederação Sicredi" para o intangível e referem-se aos desenvolvimentos de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, sendo amortizados com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 11 – DEPÓSITOS

Composição dos depósitos por prazos de vencimento:

Depósitos	31/12/2024			31/12/2023	
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	1.370.499	-	-	1.370.499	1.159.575
Depósitos interfinanceiros (Nota 20)	-	131.491	45.078	176.569	407.426
Depósitos a prazo	33.014	464.267	2.657.225	3.154.506	2.467.680
Carteira total	1.403.513	595.758	2.702.303	4.701.574	4.034.681
Total circulante				1.999.271	1.378.988
Total não circulante				2.702.303	2.655.693

NOTA 12 – RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

Descrição	31/12/2024			31/12/2023	
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Obrigações por emissão de letras de crédito imobiliário (LCI) (a)	736	12.100	774	13.610	45.356
Total	736	12.100	774	13.610	45.356
Total circulante				12.836	331
Total não circulante				774	45.025

(a) A Letra de Crédito Imobiliário é um título de renda fixa criado para financiar o segmento imobiliário. As LCIs são emitidas por instituições financeiras que possuem carteiras de crédito imobiliário dentro de seu portfólio de investimentos. A captação em LCI é utilizada pela cooperativa para gerar funding (recurso) para suportar as demandas de crédito.

Estes títulos são remunerados por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI - Certificado de Depósitos Interbancários.

NOTA 13 – RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Repasse interfinanceiros	1.880.514	1.835.613
Recebimentos e pagamentos a liquidar	9	6
Total	1.880.523	1.835.619

a) Repasses interfinanceiros

Descrição	31/12/2024			31/12/2023	
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	106.025	442.945	435.613	984.583	1.179.992
Total - Recursos do Crédito Rural	106.025	442.945	435.613	984.583	1.179.992
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	41.520	172.541	681.870	895.931	655.621
Total - Outros Recursos	41.520	172.541	681.870	895.931	655.621
Total	147.545	615.486	1.117.483	1.880.514	1.835.613
Total circulante				763.031	864.076
Total não circulante				1.117.483	971.537

As obrigações por repasses interfinanceiros provenientes de recursos do crédito rural operam com uma taxa até 14,50% a.a. com vencimentos até 17/12/2030, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, as despesas com operações de empréstimos e repasses totalizaram R\$ 297.246 (dezembro de 2023 - R\$ 193.693)

NOTA 14 – OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Provisão para garantias financeiras prestadas (a)	9.063	3.052
Juros instrumentos de dívida elegíveis a capital - Banco (c)	551	599
Recursos em trânsito de terceiros (b)	4.597	4.668
Total Circulante	14.211	8.319
Provisão para garantias financeiras prestadas (a)	18.561	7.363
Instrumentos de dívida elegíveis a capital - Banco (c)	27.700	27.700
Total não Circulante	46.261	35.063
Total	60.472	43.382

(a) A provisão para garantias financeiras prestadas refere-se às responsabilidades que as Cooperativas assumem ao garantir operações de crédito realizadas por seus cooperados junto ao Banco Sicredi.

(b) Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse, por sua ordem. Trata-se de recursos referentes a convênios com concessionários de serviços, conforme contrato de prestação de serviços.

(c) Os instrumentos de dívida elegíveis a capital - Banco referem-se a contratos de letras financeiras com cláusula de subordinação com vencimentos até 2032, celebrados pela Cooperativa e o Banco Cooperativo Sicredi com o objetivo de alavancar as operações de crédito, cujos juros são pagos semestralmente ou na data do vencimento.

NOTA 15 – PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS

A Cooperativa é parte em processos judiciais dos quais seus assessores jurídicos classificam como risco de perda provável, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos:

Natureza	Probabilidade de perda	31/12/2024	31/12/2023
Cível	Provável	1.348	808
Tributária	Provável	-	30
Total não circulante		1.348	838

Natureza	31/12/2023	Constituição / Atualização de Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	31/12/2024
Cível	808	956	(416)	1.348
Tributária	30	-	(30)	-
Total não circulante	838	956	(446)	1.348

Em 31 de dezembro de 2024, a Cooperativa possuía processos cuja probabilidade de perda é considerada possível, conforme a natureza dos passivos:

Natureza	31/12/2024		31/12/2023	
	Quantidade	Total	Quantidade	Total
Cível	146	9.402	74	2.329
Tributária	32	8.832	33	8.042
Total	178	18.234	107	10.371

Dentre os processos cuja probabilidade de perda é considerada possível, os processos de números 00003173/2022, 00003217/2022 e 00003193/2022, versam sobre a matéria tributária em que se discute sobre ISSQN. Os processos encontram-se aguardando impugnação e possuem valor estimado de R\$ 7.657 (R\$ 6.734 dezembro 2023). No entendimento da cooperativa os créditos de contribuição previdenciária apontados efetivamente existem e são suficientes para compensação integral dos débitos informados.

A Cooperativa possui depósitos judiciais no montante de R\$ 889 (dezembro de 2023 - R\$ 904), registrados na rubrica de "Outros Ativos Financeiros", os quais estão relacionados a estes processos judiciais.

NOTA 16 – OUTROS PASSIVOS

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Transações com cartões de crédito (a) (Nota 20)	509.006	442.491
Provisão para pagamentos a efetuar	16.577	13.406
Provisão para pagamentos a efetuar empresas do grupo (Nota 20)	4.986	4.155
Cotas de capital a pagar	17.340	16.423
Provisão para participações nos lucros	19.317	21.679

Fundo de assistência técnica, educacional e social - FATES	20.282	20.958
Fundos voluntários	92	29
Impostos e contribuições a recolher	6.418	5.945
Contas a pagar - credores diversos	11.552	19.440
Patrocínios esportivos a pagar Central (Nota 20)	-	6.734
Contas a pagar empresas do grupo (Nota 20)	4.505	3.488
Cheques administrativos	8.291	4.107
Cobrança e arrecadação de tributos (b)	790	993
Pendências a regularizar	3.344	4.711
Total Circulante	622.500	564.559

(a) As transações com cartões de crédito referem-se aos valores a pagar relativos as operações, sejam para as bandeiras e credenciadoras (compras autorizadas no processo de emissão) ou para o Banco Cooperativo Sicredi S.A. (repasses dos custos sobre a carteira de aquisição).

(b) Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados referem-se aos valores de arrecadações de IOF, GPS, DARF e DAS.

NOTA 17 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

Descrição	Variação	31/12/2024	31/12/2023
Capital social inicial	64.546	342.452	277.906
Integralização de Capital - quotas partes	8.753	46.601	37.848
Integralização de Capital - distribuição de sobras	(3.536)	17.407	20.943
Baixa de Capital	(6.575)	(25.471)	(18.896)
Juros ao Capital próprio	3.025	27.676	24.651
Capital social final	66.213	408.665	342.452

Em 31 de dezembro de 2024, o total de associados foi de 311.423 (em dezembro de 2023 - 260.385).

b) Juros ao capital

Em 31 dezembro de 2024, a Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 8,02% em conta capital, no montante de R\$ 29.538 (dezembro de 2023 - R\$ 25.707), sendo integralizado ao capital parte do valor, calculados em conformidade com a Lei Complementar nº 196/22, observando-se o limite da taxa SELIC.

c) Reversão do capital a pagar para a reserva legal

Desde 2023, a cooperativa contabiliza a reversão de capital não procurado por ex-associados há mais de cinco anos, conforme a Lei Complementar nº 196/22. Em 31 dezembro de 2024, o valor foi de R\$ 1.915 (dezembro de 2023 R\$ 413).

d) Destinações estatutárias e legais

A Cooperativa destinou seus resultados, de acordo com o estatuto social:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Resultado do exercício	150.065	206.909
(-) Juros sobre capital próprio	(29.539)	(25.707)
(+) Reversões de reservas	-	20.000
(-) Recuperação de Prejuízo - Reserva Legal	(26.984)	(16.801)
(=) Base de cálculo das destinações estatutárias	93.542	184.401

DESCRIÇÃO	% das destinações 2024	% das destinações 2023	31/12/2024	31/12/2023
FATES	5,00%	5,00%	(4.677)	(9.219)
Reserva Legal	45,00%	45,00%	(42.094)	(82.981)
(=) Total das destinações			(46.771)	(92.201)
Sobras Líquidas a disposição da AGO			46.771	92.201

A Cooperativa destinou seus resultados, de acordo com o estatuto social:

O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES, é destinado à atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa. A Reserva Legal tem por objetivo reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

NOTA 18 – SICREDI FUNDOS GARANTIDORES

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Doações recebidas (Nota 18)	20	-

A legislação que rege as cooperativas de crédito prevê expressamente como atividade destas o recebimento, em caráter eventual, de recursos isentos de remuneração ou a taxas favorecidas, de qualquer entidade, na forma de doações, empréstimos ou repasses (art. 3, VIII, Res. CMN nº 5.051/22).

NOTA 19 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	169.566	230.103
Participação nas sobras	(19.501)	(23.194)
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	150.065	206.909
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(60.026)	(82.764)
Sobras decorrentes dos atos cooperativos	55.683	78.474
Juros sobre capital próprio pagos aos associados no exercício	11.815	10.283
Demais adições e exclusões previstas na legislação	56	208
Imposto de renda e contribuição social do exercício	-	-

As adições e exclusões subsequentes consideram os efeitos de outros itens especificados na legislação, tais como doações, constituição e reversão de provisões, resultados de equivalência patrimonial, entre outros. Em conformidade com as disposições legais, as cooperativas podem registrar prejuízo fiscal e base de cálculo negativa para a CSLL. Esses valores negativos são controlados e poderão ser compensados com resultados positivos em exercícios futuros.

No entanto, as cooperativas que apresentam saldo de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL sem expectativa de realização futura não registram crédito tributário correspondente. Isso ocorre quando se projeta que o resultado de atos não cooperativos e/ou a base tributável para o IRPJ/CSLL permanecerão negativos nos exercícios subsequentes, em grande parte devido à recorrência de despesas elevadas com juros sobre o capital. Portanto, esses saldos negativos não são reconhecidos como ativos fiscais diferidos nas demonstrações financeiras.

NOTA 20 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Instituições relacionadas

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, tais como o Banco Cooperativo Sicredi, Central, Administradora de Bens, Corretora de Seguros, SicrediPar, Fundação Sicredi, Confederação Sicredi, Sicredi Fundos Garantidores, Administradora de Consórcios e Fundos de investimento administrados pelo Banco. Abaixo apresentamos as principais operações realizadas com partes relacionadas, sumarizadas por grupo contábil:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	318.787	113.290
Títulos e valores mobiliários (Nota 06)	2.812.473	2.534.157
Centralização financeira (Nota 04)	563.773	510.699
Outros ativos financeiros (Nota 08)	8.694	8.823
Outros ativos (Nota 09)	4.020	6.409
Intangível (Nota 10)	9.386	6.003
Passivo		
Outros passivos (Nota 16)	511.246	433.304
Outros passivos financeiros (Nota 14)	28.251	28.299
Depósitos interfinanceiros (Nota 11)	176.569	407.426
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 13)	1.880.514	1.835.613
Obrigações por empréstimos (Nota 13)	4.230	6.356
Receitas		
Resultado títulos e valores mobiliários (Nota 06)	252.562	295.372
Ingressos e receitas de prestação de serviços (Nota 22)	44.027	33.907
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 26)	801	3.146
Ingressos de depósitos intercooperativos (Nota 05)	60.754	45.195
Doação SFG (Nota 18)	20	-
Despesas		
Operações de captação no mercado (Nota 21)	30.539	42.822
Operações de empréstimos e repasses (Nota 13)	297.246	193.687
Outros dispêndios e despesas administrativas (Nota 25)	11.855	11.957
Outros dispêndios e despesas operacionais (Nota 27)	59.033	44.915

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Descrição	31/12/2024	% em relação ao total	31/12/2023
Depósitos a vista (Nota 11)	921	0,08%	2.171
Depósitos a prazo (Nota 11)	6.332	0,26%	1.639
Operações de crédito (Nota 07)	11.281	0,26%	4.810

c) Remuneração do pessoal-chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Os honorários do pessoal-chave da Administração do Sicredi seguem a Política de Remuneração definida pelo Sistema, e sua aprovação é deliberada nos fóruns específicos de cada Entidade. Abaixo apresentamos a remuneração total do pessoal-chave da administração:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Pessoas chave da administração	6.800	6.966

NOTA 21 – DESPESAS COM OPERAÇÕES DE CAPTAÇÕES DE MERCADO

Descrição	2º semestre de 2024 (Não auditado)	31/12/2024	31/12/2023
Depósitos interfinanceiros	9.363	25.886	37.232
Depósitos de aviso prévio	9	18	21
Depósitos a prazo	147.777	283.400	241.846
Letras de crédito imobiliário - LCI	4.400	9.131	21
Letras financeiras	2.351	4.653	5.590
Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop)	3.213	6.240	4.798
Total	167.113	329.328	289.508

NOTA 22 – INGRESSOS E RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Descrição	2º semestre de 2024 (Não auditado)	31/12/2024	31/12/2023
Cobrança	5.825	11.452	10.894
Comissões	1	24	7
Consórcios	9.851	17.369	11.946
Convênios	928	2.009	2.145
Distribuição de produtos e serviços bancários	23.683	43.588	33.191
Processamento da compensação	72	138	133
Seguros	9.914	20.037	21.357
Taxas e tarifas	1.209	2.414	2.627
Serviços de pagamento	42.572	79.999	62.169
Antecipação de recebíveis	4.239	8.059	7.774
Outros serviços	1.327	2.117	1.355
Total	99.621	187.206	153.598

NOTA 23 – RENDAS DE TARIFAS BANCÁRIAS

Descrição	2º semestre de 2024 (Não auditado)	31/12/2024	31/12/2023
Pacotes de serviços - PF	13.250	25.358	20.571
Serviços prioritários - PF	619	1.239	1.373
Serviços diferenciados - PF	11	22	25
Tarifas bancárias - PJ	10.570	20.393	16.724
Total	24.450	47.012	38.693

NOTA 24 – DISPÊNDIOS E DESPESAS DE PESSOAL

Descrição	2º semestre de 2024 (Não auditado)	31/12/2024	31/12/2023
Remuneração	42.805	82.666	71.017

Benefícios	19.870	38.556	33.156
Encargos sociais	16.370	29.763	25.834
Treinamentos	108	145	1.482
Total	79.153	151.130	131.489

NOTA 25 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Descrição	2º semestre de 2024 (Não auditado)	31/12/2024	31/12/2023
Água, energia e gás	2.210	4.876	4.987
Aluguéis	6.615	13.010	12.320
Comunicação	2.234	4.433	3.764
Manutenção e conservação	7.439	12.924	8.559
Material de expediente	693	1.375	1.471
Processamento dados	7.882	14.850	9.509
Propaganda e publicidade	1.083	1.969	1.532
Promoções e relações públicas	13.916	25.821	18.797
Serviços do sistema financeiro	6.219	12.388	10.471
Assessoria e consultoria	2.734	4.307	1.857
Auditoria externa	69	69	50
Serviços jurídicos	2.346	3.655	2.952
Serviços de terceiros	2.531	5.246	5.674
Serviços de técnicos especializados	3.655	6.375	12.153
Serviços de vigilância e segurança	3.905	7.667	6.768
Serviços de transportes	5.111	10.320	9.506
Depreciação	11.637	22.344	18.481
Amortização (Rateio Confederação)	1.852	3.304	2.880
Amortização outros ativos intangíveis	52	81	20
Dispêndios assistência técnica, social e educacional	2.490	5.311	7.294
Emolumentos e taxas diversas	6.807	10.928	4.317
Ressarcimento tarifas	176	286	227
Seguros	246	423	463
Despesas com Viagens	1.378	2.721	2.679
Rateio Confederação - Recuperação de Crédito	2.360	3.213	1.126
Outras despesas administrativas	2.996	4.041	4.799
Total	98.636	181.937	152.656

NOTA 26 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

Descrição	2º semestre de 2024 (Não auditado)	31/12/2024	31/12/2023
Absorção de dispêndios - FATES	2.518	5.353	7.296
Utilização de fundos voluntários	21.929	21.937	1.647
Lucros na alienação de valores e bens	1.409	1.892	1.344
Recursos recebidos Sicredi Fundos Garantidores (Nota 20)	20	20	-
Recuperação de encargos e despesas	12.911	30.231	6.985
Reversão de provisões operacionais	1.375	2.349	4.151
Reversão de provisões impostos folha	3.436	4.673	3.784
Reversão de provisões para garantias financeiras prestadas	7.023	9.648	6.666
Reversão de provisões para riscos cíveis, tributários e trabalhistas (Nota 15)	225	446	520
Aluguel de máquina - Cartões Sicredi (a)	-	-	2.565
Ressarcimento de custos de utilização de cartões no exterior	527	912	826
Compensação - Ressarcimento de Custo Operacional - RCO	1.193	2.386	2.430
Juros ao capital	-	-	1.813
Lucros e dividendos recebidos de partes relacionadas	106	106	445
Outras rendas operacionais	1.369	2.039	1.030
Total	54.041	81.992	41.502

(a) A partir de julho de 2023, a linha de receita referente ao aluguel de máquinas de cartões, que anteriormente era contabilizada em "Outros Ingressos e Receitas Operacionais", passou a ser registrada em "Outros Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços", na linha de "serviços de pagamento". Essa alteração segue a Instrução Normativa (IN) nº 343/23.

NOTA 27 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Descrição	2º semestre de 2024 (Não auditado)	31/12/2024	31/12/2023
Descontos concedidos em renegociação e crédito	10.407	21.915	17.266
Contribuições Cooperativistas (Nota 20)	118	227	179
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores (Nota 20)	1.690	2.981	1.890
Contribuição Confederação Sicredi (Nota 20)	21.402	39.253	33.816
Contribuições Cooperativa Central Sicredi Centro Norte (Nota 20)	3.340	5.890	4.645
Encargos da administração financeira	6	12	9
Prejuízo na alienação de valores e bens	98	313	122
Provisões para garantias financeiras prestadas	10.423	27.030	9.434
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas (Nota 15)	463	956	665
Outras provisões operacionais	2.692	5.108	4.364
Serviços associados a transações de pagamento	25.366	47.110	31.451
Risco operacional	1.878	2.810	2.090
Juros e comissões	-	4	9
Tarifa serviços folha pagamento servidores	14	25	23
Distribuição de produtos e serviços bancários	126	365	533
Ressarcimento de Custo Operacional - RCO	1.003	1.990	2.092
Outras despesas operacionais	3.477	7.022	6.996
Total	82.503	163.011	115.584

NOTA 28 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Beneficiários de garantias prestadas	1.173.862	916.278
Coobrigações em cessões de crédito	17	38
Total	1.173.879	916.316

Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 29 – GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. A estrutura centralizada conta com Comitê de Riscos e de Capital e Comitê de Auditoria Estatutário, com a participação de membros independentes nos mesmos, conforme exigências regulatórias e melhores práticas, os quais atuam como órgãos de assessoramento ao Conselho de Administração. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, o de continuidade de negócios, de Mercado, de Variações de Taxas de Juros, de Liquidez, de Crédito, Riscos Sociais, Ambientais e Climáticos, Risco de Conformidade e Risco de Segurança da Informação, cujos principais aspectos são apresentados a seguir:

I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;
- Plano de contingência de capital estabelecendo estratégias e procedimentos, definidos e documentados, para enfrentar situações de estresse.

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. A definição inclui, ainda, o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. O gerenciamento do risco operacional é realizado de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações que visam manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São estas:

- Normatização interna contendo regras, papéis e responsabilidades quanto ao gerenciamento do risco operacional disseminados a toda instituição;
- Identificação e análise, avaliação, resposta, monitoramento e reporte dos riscos operacionais;
- Identificação, registro e tratamento de eventos de risco operacional;
- Reportes periódicos e estruturados sobre temas relevantes de risco operacional aos fóruns de governança;
- Disseminação da cultura de gerenciamento de riscos a toda organização;
- Testes de estresse periódicos para cenários de risco operacional;
- Procedimentos que visam assegurar a continuidade das atividades da instituição e limitar perdas decorrentes da interrupção dos processos críticos de negócio, incluindo análises de impacto e testes periódicos de planos de continuidade.
- Gerenciamento do risco operacional decorrente de serviços terceirizados relevantes para o funcionamento regular da instituição.

III - Risco de Continuidade de Negócios

Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é a capacidade da organização de continuar a entrega de produtos e/ou serviços em nível aceitável previamente definido, após incidentes de interrupção.

O Sicredi possui uma estrutura para responder de forma adequada à recuperação, à restauração e aos níveis acordados de disponibilidade para os processos mais críticos das entidades centralizadoras do Sistema, no caso de ocorrência de eventos que provoquem a interrupção dos seus serviços, preservando, assim, os interesses de todas as partes envolvidas.

Através de uma Análise de Impacto ao Negócios (BIA) são identificados os serviços considerado críticos, bem como suas dependências na visão de Serviço de TI e Terceiros que suportam estes serviços. A partir desta análise é possível definir as estratégias e respectivos planos de contingência. principais processos de negócios da instituição bem como os serviços de TI que suportam esses processos e, assim, são definidas as estratégias de continuidade dos negócios adotadas.

Estão previstos na Política de Gestão Integrada de Riscos e prevista na Norma de Continuidade de Negócios do Sicredi, os princípios básicos e a estrutura necessária para garantir a resposta adequada à recuperação, à restauração e aos níveis acordados de disponibilidade para os serviços processos mais críticos das entidades.

O sistema de Gestão de Continuidade de negócios estruturado no Sicredi contempla:

- Norma de Gestão de Continuidade de negócios;
- Análise de impacto de negócio - BIAs;
- Estratégias de recuperação de desastre de TI na visão de negócio;
- Planos de continuidade operacional;
- Planos de substituição de empresas terceiras.

Por fim, a estrutura centralizada do Sicredi disponibiliza, através da Norma Sistêmica de Continuidade de Negócios, para todas as suas cooperativas algumas recomendações para aumento da resiliência de seus serviços, orientando a criação de Análises de Impacto ao Negócio e Planos de Continuidade.

IV - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

V - Risco de Variação das Taxas de Juros em Instrumentos Classificados na Carteira Bancária (IRRBB)

O IRRBB é o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros nos resultados ou no valor econômico da instituição, resultante dos instrumentos classificados na carteira bancária.

O gerenciamento de risco de IRRBB das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de IRRBB.

Para a mensuração e controle desse risco no Sicredi, utiliza-se as abordagens de valor econômico (EVE) e de resultado de intermediação financeira (NII). O Sistema Sicredi define as regras para o cálculo do risco de variação da taxa de juros das operações em linha com as práticas de mercado e com as exigências da regulamentação vigente.

Os processos para o gerenciamento do risco de IRRBB do Sistema Sicredi incluem:

- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de IRRBB em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de IRRBB da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de IRRBB a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de IRRBB das instituições do Sistema.

VI - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreio e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez e em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

VII - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais. Os processos e políticas de riscos de crédito são estabelecidos seguindo os critérios da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado e ao apetite a risco do sistema, aprovadas pelas alçadas competentes do sistema.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VIII - Riscos Sociais, Ambientais e Climáticos

Os riscos sociais, ambientais e climáticos são definidos pela possibilidade de ocorrência de perdas para as instituições financeiras decorrentes de danos sociais, ambientais e climáticos. Além disso, está envolvido indiretamente com uma série de outros riscos, podendo gerar tanto impactos financeiros, como legais e de reputação. No Sicredi, o gerenciamento é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais. Os processos e políticas para o gerenciamento dos Riscos Sociais, Ambientais e Climáticos são estabelecidos seguindo os critérios da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do sistema.

Os processos para o gerenciamento dos Riscos Sociais, Ambientais e Climáticos do sistema Sicredi incluem:

- Normatização interna contendo regras, metodologias e responsabilidades quanto ao gerenciamento do tema;
- Monitoramento de delimitações e vedações de exposições sujeitas aos riscos sociais, ambientais e climáticos, aderentes ao apetite a risco do sistema;
- Coleta e utilização de dados para mensuração, classificação e avaliação dos riscos sociais, ambientais e climáticos nas operações;
- Realização periódica de testes de estresse para cenário de riscos sociais, ambientais e climáticos;
- Interlocução e reporte para órgãos ambientais, federações, parceiros de negócio e fóruns de governança;
- Evolução constante da estratégia no tema, visando o alinhamento com as técnicas e tecnologias de mercado, bem como as expectativas das partes interessadas.

IX - Risco de conformidade

O risco de conformidade é definido como a possibilidade de ocorrência de sanções, perdas financeiras, danos de reputação e outros danos, decorrentes de descumprimento ou falhas na observância de normativos externos (leis e regulamentações), das recomendações dos órgãos reguladores, dos códigos de autorregulação aplicáveis assim como dos normativos oficiais internos.

A gestão do risco de conformidade, no âmbito do Sicredi está sob responsabilidade da Superintendência de Compliance, estrutura integrante do Banco Cooperativo Sicredi S.A, que, para o acompanhamento sistêmico, oferece suporte e informações, tanto às áreas das empresas do Centro Administrativo quanto às Cooperativas Centrais e Singulares, no que tange ao processo de conformidade e o gerenciamento do risco de conformidade.

A função de conformidade é desempenhada no desenvolvimento e execução do Programa de Compliance, estruturado nos pilares de: (i) Prevenção, (ii) Detecção e (iii) Correção.

Os processos para gerenciamento do risco de conformidade incluem:

- Identificação dos riscos de conformidade da instituição;
- Comunicação, capacitação e treinamento de todos os níveis da Entidade para gerenciar adequadamente os riscos de conformidade e cumprir as exigências legais e (auto)regulatórias;
- Acompanhamento e monitoramento de processos relevantes, das ações adotadas para mitigar os riscos de conformidade e corrigir deficiências, no intuito de promover a conformidade.
- Reporte das adequações relevantes e novas medidas para mitigação de riscos, bem como não conformidades identificadas;
- Identificação de ações e/ou processos associados aos principais riscos, que precisam ser revisados, atualizados ou implementados, buscando a efetividade do Programa de Compliance como um todo;
- Tratamento para os não cumprimentos identificados bem como desenvolvimento de ações para conscientização, buscando evitar a reincidência.

X - Risco de Segurança da Informação

Refere-se a potenciais ameaças que podem comprometer a confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados e sistemas. O Risco de Segurança da Informação no Sicredi é definido como o risco relacionado a probabilidade de exploração de uma vulnerabilidade, considerando as ameaças vinculadas, e o impacto na confidencialidade, integridade ou disponibilidade das informações. Riscos de segurança cibernética ou cibersegurança fazem parte do contexto de riscos de segurança da informação.

No Sicredi, o gerenciamento do risco de segurança da informação é realizado de forma conjunta entre Banco, Centrais e Cooperativas Singulares, os quais possuem responsabilidade pelo cumprimento dos normativos internos e externos, contando com ferramentas e metodologias sistêmicas que podem ser complementados por ações locais. Os processos e ações voltados para segurança da informação visam a identificação e manutenção dos riscos em níveis aceitáveis, incluindo a utilização de controles adequados e efetivos para a mitigação, frente aos custos, tecnologia e objetivos de negócio.

XI - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos e capital pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho: Sobre nós > Relatórios > Gestão de Riscos > Publicações Sistêmicas > Gerenciamento de Riscos Pilar 3 - Sistemico.

Já a Política de Gerenciamento dos Riscos Sociais, Ambientais e Climáticos e o Relatório de Sustentabilidade, documentos com o detalhamento e números dos processos no tema, também podem ser acessados por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho: Sobre nós > Sustentabilidade > Políticas e Relatórios.

NOTA 30 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.955/21, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	31/12/2024	31/12/2023
Patrimônio de Referência (PR)	1.115.291	1.009.682
Nível I (NI)	1.087.040	981.383
Capital principal - CP	1.087.040	981.383
Capital social	408.665	342.452
Reservas de capital	641.386	552.789
Sobras acumuladas	46.771	92.201
Ajustes Prudenciais	(9.782)	(6.059)
Nível II (NII)	28.251	28.299
Letras Financeiras e Dividas Subordinadas	28.251	28.299
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	6.080.483	5.746.910
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	47.641	34.648
Margem de Capital	429.199	371.609
Índice de Basileia (PR / RWA)	18,34%	17,57%
Situação de Imobilização (Imob)	146.928	133.962
Índice de Imobilização (Imob / PR)	13,17%	13,27%

Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 31 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 dezembro de 2024, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

NOTA 32 – OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Implantação da Resolução 4.966

Com o objetivo de reduzir assimetrias contábeis entre as normas do BCB e os padrões internacionais (IFRS), o Banco Central do Brasil emitiu as seguintes normas:

- A Resolução CMN n.º 4.966/21, e alterações correlatas posteriores, estabelece os conceitos e critérios contábeis aplicáveis aos instrumentos financeiros, e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) por instituições financeiras e outras entidades autorizadas pelo Banco Central do Brasil; e
- A Resolução BCB n.º 352/23, que revogou os requisitos estabelecidos pela Resolução BCB n.º 309/23 e estabeleceu procedimentos contábeis relacionados à definição de fluxos de caixa de ativos financeiros, aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva, constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito e evidencição de informações sobre instrumentos financeiros em notas explicativas.

Concomitante a mudança trazida pelas resoluções está a reformulação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. O Banco Central do Brasil reestruturou o elenco de contas do COSIF, estabelecendo novas estruturas e limitando os níveis de agregação das contas. As mudanças do plano foram publicadas pelo órgão nos seguintes normativos:

i) Resolução BCB n.º 255, de 1 de novembro de 2022: trata da estrutura do elenco de contas do COSIF;

ii) Instrução Normativa BCB n.º 318, de 4 de novembro de 2022: define os subgrupos contábeis do elenco de contas do COSIF; e

iii) Resolução BCB n.º 320, de 31 de maio de 2023: define o limite de níveis de agregação do elenco de contas do COSIF;

iv) Instruções Normativas BCB n.º 493 a 500 de 26/07/2024: define as rubricas contábeis do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) referentes aos grupos: (i) ativo realizável e permanente; (ii) grupos de compensação ativa e passiva; (iii) passivo exigível; (iv) patrimônio líquido; (v) resultado credor e devedor;

Os impactos da adoção dos itens normativos vigentes a partir de 1 de janeiro de 2025 foram estimados pelo Sicredi, tendo os seus impactos refletidos a partir da entrada de sua vigência.

Diante da magnitude da Resolução em análise e o impacto contábil, com a revogação de 19 normativos, em especial a revogação da Resolução CMN Nº 2.682/99, que dispõe sobre critérios de classificação das operações de crédito e regras para constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, o SICREDI dividiu o projeto em etapas ao longo de 2024, a fim de possibilitar uma transição mais eficiente, buscando pontos de assimetria com a política atual adotada pelo Sicredi, levando em consideração o planejamento de atividades, responsáveis, e prazos para adequação dos sistemas de tecnologia e processos internos.

Sendo assim, o Sicredi realizou simulações para avaliação do impacto dos ajustes que deverão compor na posição patrimonial dos instrumentos financeiros, em contrapartida, ao patrimônio líquido na transição da norma em 1 de janeiro de 2025.

Provisão associada ao risco de crédito e reconhecimento de juros suspensos

De acordo com as simulações efetuadas durante o segundo semestre de 2024, para obter uma melhor compreensão do efeito potencial da adoção da Resolução n.º 4.966/21, espera-se um incremento de até 1,26% sobre os ativos financeiros (operações de crédito) devido à nova metodologia de cálculo das perdas esperadas por risco de crédito, que leva em conta critérios de perdas esperada ao invés de perda incorrida (levando-se em consideração a Resolução BCB 352/23).

O Sicredi adotou na carteira de crédito o ajuste da posição de suspensão de juros (“stop accrual”) realizado nas operações em 31 de dezembro de 2024, mas que não atendam à condição de ativos problemáticos. Os valores apurados não são relevantes em seu reconhecimento inicial.

Classificação de Ativos Financeiros

Com o advento da Resolução CMN n.º 4.966/21, os títulos e valores mobiliários passarão a ser classificados com base em modelos de negócios para gestão dos ativos financeiros e nas características contratuais dos fluxos de caixa desses ativos financeiros. Havendo, portanto, três novas categorias. São elas: (i) Custo amortizado, (ii) Valor justo em de outros resultados abrangentes (VJORA) e (iii) Valor justo no resultado (VJR). Sendo assim, as análises das classificações e mensurações dos títulos e valores mobiliários a partir de 1 de janeiro de 2025, não identificamos impactos relevantes na adoção inicial da referida norma.

Taxa de Juros Efetiva

Com a incorporação da Taxa de Juros Efetiva, os instrumentos financeiros originados a partir de janeiro/2025 reconhecidos nas categorias Custo Amortizado (CA) ou Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes (VJORA) passarão a ter seu valor ajustado com base nos custos de transação, nos valores recebidos e pagos na aquisição ou originação do instrumento quando esses forem atribuíveis individualmente à operação, de acordo com os Arts. 12, 13 e 15 da resolução CMN n.º 4.966/21. Dessa forma, as operações de crédito, operações com característica de concessão de crédito e títulos e valores mobiliários passarão a ter os custos de transação, valores recebidos e pagos diferidos durante a vida contratual dos instrumentos de acordo com a metodologia de cálculo adotada pela Cooperativa, não trazendo um impacto estimado relevante no resultado.

Classificação de Passivos Financeiros

Não foram identificados ajustes de transição da norma com relação a reclassificação dos Passivos Financeiros.

b) Reforma Tributária

Em dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional n.º 132 que estabelece a Reforma Tributária sobre o consumo, que visa simplificar e modernizar o sistema tributário, reduzindo o litígio e aumentando a segurança jurídica. A regulamentação do projeto foi iniciada através do PLP n.º 68, aprovado na Câmara dos Deputados em julho de 2024; em janeiro de 2025, a partir da sanção presidencial, o referido PLP foi convertido na Lei Complementar 214/25.

A principal mudança está na criação do Imposto sobre Operações com Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) em substituição às contribuições do PIS e da Cofins, ISS e o ICMS.

A nova legislação vigorará a partir de 2026, com um período de transição que se estenderá até 2032; assim, não haverá alteração nas apurações dos tributos para 2025. O Sicredi vem acompanhando as discussões deste tema e aguarda outras regulamentações para uma avaliação precisa dos impactos decorrentes da reforma tributária.

c) Operações de arrendamento mercantil - Resolução CMN n.º 4.975/21

O BACEN aprovou a adoção do CPC 06 (R2) por meio da Resolução CMN Nº 4.975/21, tornando obrigatória a aplicação da norma às instituições financeiras arrendadoras e arrendatárias em contratos firmados e/ou renovados a partir de 2025. A adoção gradual foi definida pela Resolução CMN n.º 5.101/23. Essa norma estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil por instituições financeiras, tanto na condição de arrendadoras quanto de arrendatárias. As alterações entrarão em vigor em 01 de janeiro de 2025.

d) Enchentes no Rio Grande do Sul

O Sicredi, instituição financeira cooperativa presente em diversas regiões do Brasil, desempenhou um papel fundamental na assistência às comunidades afetadas pelas enchentes no Rio Grande do Sul. Sua atuação foi marcada por ações de solidariedade e apoio aos associados e comunidades atingidas por essas adversidades. Em momentos de desastres naturais, como as enchentes, o Sicredi se mobilizou para oferecer suporte financeiro e logístico, visando minimizar os impactos causados e auxiliar na reconstrução das áreas afetadas. A instituição disponibilizou linhas de crédito especiais, com condições facilitadas, para que os associados pudessem recuperar suas atividades produtivas e reconstruir suas propriedades.

Além disso, o Sicredi promoveu ações de arrecadação de doativos, mobilizando seus colaboradores e associados para contribuir com alimentos, roupas, produtos de higiene e outros itens essenciais para as famílias atingidas. Essas doações foram distribuídas de forma organizada, garantindo que chegassem às mãos daqueles que mais necessitavam.

A instituição também investiu em programas de educação financeira e orientação aos associados, visando auxiliá-los na gestão de suas finanças e na busca por soluções para superar os desafios causados pelas enchentes. A atuação do Sicredi nas enchentes do Rio Grande do Sul demonstrou o compromisso da instituição com o desenvolvimento sustentável das comunidades em que está presente, promovendo a solidariedade, a cooperação e a resiliência diante de situações adversas.

João Coelho Pinheiro
Diretor Executivo
CPF: 329.782.941-91

Elisangela Dalmolin do Amaral Moura
Diretora de Operações
CPF: 819.625.841-00

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20